

Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos

Depois de pequena intervenção de limpeza para remoção da camada de líquenes, foi revelada e decifrada uma curiosa e inesperada inscrição gravada no reboco de um merlão do castelo de Arraiolos, na sequência de uma informação dada por José Macau, funcionário da câmara municipal da vila. Em associação a ela foi também identificado um conjunto de grafitos produzidos no mesmo contexto de obra a que se refere a inscrição.

A limpeza e decifração foram feitas, com o apoio da Câmara de Arraiolos, por José Mira da Silva («Zé Gandaia»), Francisco Bilou e Manuel Branco, no dia 6 de Maio de 2010 (foto 1).

A inscrição é a seguinte:

*“Era de Mil E III(c) E XXIIIº a (-)
nos XXIIIº dias d`aabryl foram fectas
Estas XII ameias E Castelonas
G(onçalo) Fernandez pedreyro d´evora Vasco
Pirez ho Escreveo”*

Modernizando, fica:

“Era de mil e quatrocentos e vinte e três anos (ano de Cristo de 1385), vinte e quatro dias de Abril foram feitas estas doze ameias e castelonas (por) Gonçalo Fernandez pedreiro de Évora; Vasco Pirez o escreveu (Foto 2).

O registo desta obra de doze “ameias” e “castelonas” (provavelmente as “castelonas” são aquilo a que chamamos merlões e as ameias são o espaço aberto entre os merlões) que foi feito há 626 anos, no conturbado ano de 1385, chegou até nós sobre

rebocos em óptimo estado, o que permitiu a conservação quase integral do conjunto de grafitos, então produzidos, que assinalaram a realização deste pequeno restauro no amuralhado da vila.

Além da inscrição principal, em quase todos os outros doze merlões há grafitos feitos no mesmo contexto: riscos de contagens, outras assinaturas, formas geométricas, a representação de um barco e uma figura que parece ser o “retrato” do pedreiro, dado que tem ao lado o seu nome; e no que é, quase certamente, o último dos merlões refeitos naquela empreitada, aparece, de novo, o nome do pedreiro, Gonçalo Fernandez, que tal como no caso da inscrição grande foi feito por Vasco Pirez, provavelmente o vedor da obra. A quase perfeita conservação deste conjunto deve-se, para além da boa qualidade do reboco, ao facto de ter sido realizado na face interior dos merlões que, virada a norte, praticamente não apanhou sol que queimasse a cal do suporte ao longo de mais de seis séculos.

Estas doze ameias situam-se do lado sul do castelo, virado à vila, entre a zona da antiga praça de armas e o arranque do muro que se desenvolve para o lado da Porta de Santarém, numa distância de cerca de dezassete metros lineares (foto 3).

Os gravados agora descobertos em Arraiolos vêm sublinhar uma prática muito comum, usada, sobretudo, por mestres pedreiros e vedores: o desenho inciso de grafitos sobre reboco fresco no remate das empreitadas de construção. Apesar desta prática informal remontar à época romana, é entre os séculos XIV a XVI que se observam os melhores testemunhos, quer entre nós quer no resto da Europa (1). Para citar alguns casos já estudados na região e em contextos temporais relativamente próximos, recordamos o excepcional conjunto de inscrições da torre de menagem do castelo de Olivença, datado de 1332, ou os gravados recentemente descobertos, em Évora, na arcaria do Aqueduto da Água da Prata, feitos entre os anos de 1534-36. Todos eles têm em comum o facto de terem sido realizados pelos próprios oficiais da obra, particularmente os mestres pedreiros, estes reproduzindo o seu habitual repertório de símbolos corporativos – pentagramas, losangos esquartelados, caracteres simples ou compostos... –, e pelos vedores, cujo trabalho de certificação das cláusulas contratuais das empreitadas os incentivou a deixarem também registos descritivos e autógrafos como prova material da sua presença. Neste caso particular é fácil reconhecer-lhes a mão educada na escrita cursiva, onde a precisão gestual é muitas vezes digna do labor do melhor tabelião.

A quantidade e a qualidade dos grafitos em estruturas arquitectónicas com algum grau de monumentalidade, como sejam muralhas, torres, aquedutos ou até igrejas, são o testemunho de uma «expressão plástica» informal, consentida e até incentivada, no contexto hierárquico e multi-funcional das grandes empreitadas de construção. Todavia, os grafitos não reproduzem apenas aspectos autorais e/ou temporais associados à conclusão e remate de obras maiores. Com muita frequência surgem formas pictográficas que são puro exercício lúdico. Além dos padrões lineares e das formas soltas sem aparente sentido figurativo, veja-se o caso da representação de «barcos», tema também aqui presente em Arraiolos e que tem paralelos na torres de menagem dos castelos de Mértola e de Olivença, no aqueduto de Évora e no interior da Igreja de S. Francisco da mesma cidade, só para mencionarmos exemplos próximos no tempo e no espaço (foto 4). Mais incomum é o «retrato», como este de Gonçalo Fernandes, aqui fixado para a posteridade (foto 5). Apesar do traço ingénuo, é possível fixar o essencial da imagem deste pedreiro de Évora, que em 1385 veio levantar doze ameias e «castelonas» na fortaleza de Arraiolos e de quem não conhecemos nenhuma outra obra ou notícia: era um homem novo, sem barba e com cabelos compridos...

*

Vejamos, então, o contexto político do momento em que foi feito este conjunto de gravados.

D. Fernando faleceu em 22 de Outubro de 1383, ficando como regente a sua viúva, D. Leonor Teles, como ficara decidido em Salvaterra, em Março desse ano, no clausulado do acordo de casamento de D. Beatriz com o rei castelhano, quando D. Fernando já estava gravemente doente (2); esse tratado determinava que o futuro rei de Portugal seria um filho varão da única filha de D. Fernando, D. Beatriz, que apenas com doze anos acabara de casar, ainda sem consumação carnal, com o rei de Castela, D. João I. Não espanta, por isso, que pouco depois da morte do “Formoso” se tenha aberto uma crise sucessória.

Muitos consideravam que o trono devia ser ocupado pelo filho mais velho de D. Pedro e D. Inês, João; os legitimistas, com o apoio da rainha viúva, defendiam o direito de D. Beatriz, filha do rei morto, que contava ainda com a força das armas de seu marido, o rei de Castela. Esta última solução, consideravam os “patriotas”, poria em risco a independência do reino.

O outro pretendente era D. João, filho bastardo que o rei D. Pedro houvera em Teresa Lourenço e que, ainda criança, em 1364, o pai fizera mestre da Ordem Militar de Avis (3); já em plena crise, foi nomeado *Regedor e Defensor do Reino*, em meados de Dezembro de 1383, após os graves distúrbios havidos em Lisboa no início desse mês que levaram à morte do Conde Andeiro; nessa nova condição o Mestre de Avis passou a determinar os destinos do país.

Logo em Janeiro de 1384, D. João de Castela entra em armas no reino e, de imediato, D. Leonor abdica da regência em seu favor. Em Abril o exército de Nuno Álvares Pereira, já como fronteiro-mor do Alentejo, vence os castelhanos nos Atoleiros e em Maio o rei de Castela põe cerco a Lisboa, que resiste; em Setembro, doente, D. João de Castela levanta o cerco e no mês seguinte parte para Castela.

Os meses seguintes assistem ao alinhar e realinhar de apoios entre partidários do Mestre de Avis e do rei de Castela; o Mestre e Nuno Álvares Pereira dirigem-se para norte forçando à rendição dos alcaides adversos, levando o seu esforço até ao Minho.

No início de 1385 era evidente a eminência de uma nova invasão castelhana, o que se tornou inevitável após 6 de Abril, dia em que, nas cortes de Coimbra, o mestre de Avis foi eleito Rei. No dia seguinte o novo rei nomeia Nuno Álvares Pereira como novo condestável do reino (4).

Uma das primeiras atitudes de D. João I, quatro dias depois de ser eleito, foi a confirmação de direitos e privilégios a Lisboa, assim vincando o agradecimento pelo esforço do seu povo e, por extensão, a sua autoridade sobre o todo nacional (5). De imediato, D. João I dirige-se para o norte do país, claramente mais hostil à sua causa do que o sul, na previsão de uma invasão por terras em que o castelhano contaria mais facilmente com apoios no seu avanço sobre a capital. Por todo o reino, as populações estavam em suspenso, receosas das consequências de nova invasão. E foi nesse quadro que em Arraiolos, logo nesse Abril, se cuidou de reparar a cerca, numa das suas zonas mais sensíveis – a praça de armas e respectiva alcaidaria –, confirmando com essa obra a constatação-orientação das cortes de Coimbra de duas semanas antes, de que “a defesa do reino está nas cidades e vilas *cercadas*” (6).

Finalmente, em Junho, e como que a confirmar os temores dos arraiolenses, o rei de Castela cercou Elvas com um forte contingente, o que levava a prever que o eixo de penetração para Lisboa seria Elvas-Estremoz-Arraiolos ou Évora-Montemor. No entanto, a invasão acabou por se fazer pela Beira, no eixo Ciudad Rodrigo-Viseu; os castelhanos dirigiram-se posteriormente a Lisboa, sendo esperados pelas tropas de

Nun'Álvares, junto à vila da Batalha; os dois exércitos defrontaram-se em Aljubarrota a 14 de Agosto, saldando-se o recontro com uma clara vitória dos portugueses, o que garantiu a salvaguarda da independência do país.

*

A cerca de Arraiolos foi erguida entre 1306 e 1315 sendo seu tracista D. João Simão que lançou os fundamentos do muro sempre à mesma cota, na colina já então encimada pela matriz do Salvador, o que resultou na forma invulgar de um quase círculo de onde se domina um vastíssimo panorama (7).

No final do século XIV, Arraiolos era uma vila de tamanho médio que dada a sua localização na linha Badajoz-Lisboa ganhou nesta época uma relativa relevância, o que se atesta com a sua entrega, por D. Fernando, a D. Álvaro Pires de Castro, irmão de Inês de Castro e primeiro condestável do reino, nomeado nesse cargo pelo mesmo rei. Em plena crise de sucessão, em seis de Maio de 1384, e já como Regedor e Defensor do Reino, D. João retirou a vila a D. Álvaro (mantendo-lhe, no entanto o título de conde da vila), que “*era maiç inclinado aa parte del rei de Castela que ao mestre*”, como bastamente se percebe da arenga que fez ao Mestre de Avis, em Almada (8); por outro lado, as hesitações de D. Álvaro Pires de Castro entre os dois partidos, Mestre de Avis e D. João I de Castela, terão levado este último a retirar-lhe o cargo de Condestável de Portugal, entregando-o a Aires Gomes da Silva (9).

Sabe-se que enquanto decorria o cerco de Lisboa e depois da batalha dos Atoleiros que se travou em seis de Abril desse ano de 1384, o rei de Castela mandou preparar um exército para vingar a morte do Mestre de Alcântara, acontecida naquela batalha, na pessoa de Nuno Álvares que estanciava, então, no Alentejo, com base em Évora (10).

À frente dessas tropas castelhanas estava o marechal Pero Ruiz Sarmiento, adiantado de Galiza e ia com ele, também, Juan Rodriguez de Castanheda; deixando o cerco de Lisboa juntaram-se às hostes reunidas no Crato, sede da Ordem do Hospital. Aí estavam, entre outros, Pedro Álvares, irmão de Nuno Álvares e Prior do Hospital, que se bandeava por Castela, o novo Mestre da Ordem de Alcântara, Martim Anes Barbudo, que se intitulava “mestre de Avis”, e o conde de Niebla, D. Juan Alfonso de Guzman (11). Estas forças castelhanas dirigiram-se, na segunda metade de Junho, para a zona de Évora onde sabiam que Nuno Álvares estanciava (12). Na aproximação à cidade

tomaram Arraiolos, “*que (se) rendeo com leve resistêcia*” (13), segundo algumas informações ou, segundo outras, como nos diz Fernão Lopes, a vila pode ter-se entregue aos castelhanos “*per alguus nom boõs Portugueses, dos quaaes era o prinçipall Gonçallo Meemdez d’Oliveira, que era parente da Rainha*” (14). É possível que nas convulsões ocorridas aquando da ocupação da vila pelos castelhanos tenha havido danos no amuralhado o que levou à necessidade da obra a que se refere a inscrição em estudo.

Tendo em conta a descrição do cronista, é crível que aquando daquele episódio nos campos do Divor, ocorrido em finais de Junho, a vila estivesse sob comando directo do referido Gonçalo Mendes de Oliveira, por certo ligado à família do Morgado da Oliveira, cuja cabeça, o Pátio da Oliveira, se situa entre Évora e Arraiolos e muito perto do qual se desenrolaria o episódio que, nessa sequência, nos é relatado pelo cronista; era, então, titular deste morgado Álvaro Mendes de Oliveira, o alcaide-mor de Évora que em Janeiro desse ano de 1384, por ser parcial de Castela, havia sido expulso do castelo da cidade pelo povo miúdo, refugiando-se no reino inimigo, em “*desserviço*” de Portugal (15). Este Álvaro Mendes de Oliveira ainda era vivo em 1395.11.06 e habitava, de novo, na cidade, onde se reintegrara na elite local: nesta data apela para o rei de sentença que lhe era desfavorável na pretensão de ser um dos herdeiros de um rico escudeiro da cidade, Lopo Rodriguez Fuseiro (16); e já falecera em 1396.03.16, data em que Moor Rodriguez já é referida como sua viúva, quando toma de prazo umas casas na cidade (17).

Senhores da vila de Arraiolos, os castelhanos devassavam os campos e as povoações abertas, matando e afugentando as gentes que “*choravam com humas mesmas lágrimas a perda dos bens, mulheres, e filhos*” (18).

O cronista conta-nos que depois do envio de uma acintosa mensagem do referido Pero Sarmiento a Nuno Álvares, este resolveu precipitar o confronto das hostes, dirigindo-se de Évora para as imediações de Arraiolos, pelo antiquíssimo “*caminho dos arcos*” que da cidade seguia entre quintas e vinhedos até Arraiolos, passando perto da “*quintã da Oliveira*” (19); os homens arregimentados na cidade, à pressa, passaram além da Oliveira e postaram-se em posição de combate nas ondulações de terreno das nascentes da “*água da prata*” e da Ribeira do Divor.

Hesitando os castelhanos no desencadear do ataque, Nuno Álvares, depois de rejeitar uma proposta dos inimigos para passar ao serviço de Castela com a promessa de que tudo lhe seria perdoado (20), decidiu regressar à cidade a colher mantimentos, aproveitando, para isso, a noite de tempestade. Na manhã seguinte os castelhanos

levantaram o arraial, fizeram uma razia pelos campos e herdades, rodeando a cidade pelo sul e indo até Viana, a roubarem mantimentos e gados, regressando a Arraiolos, de onde seguiram uns para o Crato, outros para Lisboa a reforçarem o cerco em que persistia o seu rei (21). Arraiolos ficou em poder dos castelhanos (22).

Talvez tenha sido na sequência deste episódio e, provavelmente, só depois de terminado o cerco de Lisboa, que o Regedor do Reino entregou o senhorio de Arraiolos a um irmão de Nuno Álvares, Fernão Álvares Pereira, ao qual, no entanto não conferiu o título de conde da vila, mesmo depois da morte de D. Álvaro Pires de Castro que já falecera em finais de Agosto desse ano de 1384 (23). O segundo titular do condado haveria de ser, a partir de 1387, o próprio Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino.

*

A inscrição está feita em letra gótica do tipo cursivo comum, de muito bom desenho para mais tendo em conta a dificuldade do suporte e a rudeza do instrumento de escrita, talvez um prego; é letra de tipologia afim à produção da chancelaria régia do final do reinado de D. Fernando. E pela forma muito apurada como está feita, com maiúsculas relativamente sumptuosas, e tendo, ainda, em conta a precisão “tabeliônica” com que estão registados todos os elementos fundamentais da empreitada (objecto da empreitada, cronologia precisa, intervenientes) parece podermos concluir que este registo foi deliberadamente e conscientemente feito para a posteridade “histórica”, por quem se sentia a desempenhar um pequeno mas fulcral papel na defesa da população do concelho, assim se sintonizando com o sentimento de “patriotismo nascente”, decorrente das decisões das cortes de Coimbra de poucos dias antes.

Pela actualidade gráfica que este registo revela podemos como hipótese que o seu autor, Vasco Pires, possa ser um tabelião, que naqueles dias conturbados tenha servido de vedor da obra de restauro do amuralhado da vila. De qualquer modo, a qualidade do traço deste Vasco Pires revela uma mão muito firme e treinada que não pode ser de um simples artesão subalterno do mestre pedreiro da empreitada.

Como mera hipótese de trabalho, refiramos que um Vasco Pires era tabelião no Vimieiro em 1369 (24), podendo ter-se transferido para Arraiolos ou, porque o Vimieiro era povoação aberta, ter-se recolhido à protecção das muralhas da vila nesses dias em que se adivinhava nova invasão castelhana que, por certo, havia de devastar a região, como acontecera no período primavera-verão do ano anterior.

Hipótese mais remota, mas a colocar, o Vasco Pires, que nos deixou este notável exemplar caligráfico e histórico, pode ser pai ou parente próximo do alcaide da vila Gonçalo Pires que exercia o cargo poucos anos depois, em 1410 (25).

Face à surpreendente perenidade deste escrito e à espantosa resistência destes doze merlões que se mantiveram intactos e incólumes mais de seis séculos, seja da manifesta sorte, seja da genuína qualidade da construção (**foto 6**), vale a pena guardá-lo, agora, como elemento valorativo do património do município, acautelando o acesso a ele para evitar alguma menos avisada acção de depredação.

Notas

- 1) Sobre o tema veja-se, por exemplo: Pablo Ozcáriz Gil, *Los grafitos de la iglesia del monasterio de la Oliva (Navarra)*, Madrid, 2007 (edição digital); José Ignacio Barrera Maturana, «Grafitos medievales en Granada», in *Revista Medieval*, N.º 22, 2008, pp. 30-39; Alfredo Pinheiro Marques, *Inscrições Medievais no Castelo de Olivença (...)*, 2000, Centro de Estudos do Mar.
- 2) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, IN-CM, 2004, p. 547-551.
- 3) Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 16-17.
- 4) Oliveira Martins, *A Vida de Nun Álvaro*, Lisboa, Guimarães Editores, 1984, p. 397.
- 5) Oliveira Martins, *ob. cit.*, p. 396. Fernão Lopes, *ob. cit.*, II volume, [1990], Capítulo I, p. 4-9.).
- 6) António Borges Coelho, *Portugal Medieval*, volume II da História de Portugal, Lisboa, Editorial Caminho, 2010, p. 320.
- 7) Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, VIII, I volume, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1975, p.3.
- 8) *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1972, p. 63-65; Fr. Domingos Teixeira, *Vida de D. Nuno Álvares Pereyra*, Lisboa, Oficina da Musica, 1723, p. 85-87.
- 9) Fr. Domingos Teixeira, *ob. cit.*, p. 281.

- 10) D. Pedro Lopez de Ayala, *Crónicas de Los Reyes de Castilla*, Tomo II, Madrid, Imprenta de Don António de Sancha, 1780, p. 191.
- 11) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, I volume, s.l., Livraria Civilização, [1991], p. 296; Oliveira Martins, *ob. cit.*, p. 132-133.
- 12) Oliveira Martins, *ob. cit.*, p. 393-04; Vinício de Sousa, *A vitória de Aljubarrota*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010, p. 202.
- 13) Fr. Domingos Teixeira, *ob. cit.*, p. 158.
- 14) Fernão Lopes, *ob. cit.*, I volume, p. 296.
- 15) Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, VII, I volume, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966, p. 370. Fernão Lopes, *ob. cit.*, p. 344.
- 16) B.P.É., *Pergaminhos avulso*, Pasta 12, Pergaminho 49. É interessante referir que neste processo, que opôs Álvaro Mendes de Oliveira aos frades de S. Francisco de Évora, era fiel testamenteiro da herança em disputa o escudeiro Pero Sanchez, morador em Évora, que logo após a eleição de D. João I, nas cortes de Coimbra, havia sido um dos três nomes de cidadãos de Évora propostos pelo rei para o seu Conselho (cf. Fernão Lopes, *ob. cit.*, II volume, [1990], p. 5.
- 17) B.P.É., *Pergaminhos avulso*, Pasta 19, Pergaminho 15.
- 18) Fr. Domingos Teixeira, *ob. cit.*, p. 158.
- 19) Francisco Bilou, *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora – 1533-1537*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 30-31.
- 20) Fr. Domingos Teixeira, *ob. cit.*, p. 161.
- 21) Oliveira Martins, *ob. cit.*, p. 133.
- 22) Fernão Lopes, *ob. cit.*, I volume, p. 299.
- 23) Fernão Lopes, *ob. cit.*, I volume, p. 287. Túlio Espanca (*ob. cit.*, VIII, p. 3) afirma que D. Fernão de Almeida foi senhor da vila de Arraiolos em 1384.
- 24) B.P.É., *Pergaminhos avulso*, Pasta 19, f.4v, final: é documento tabeliônico, feito em Évora, em 1369.09.17.
- 25) B.P.É., *Pergaminhos avulso*, Pasta 14, Pergaminho 4, dentro de “dossier” com oito documentos: é carta de D. João I, de 1410.02.22, dada em Santarém.

Fotos



Foto 1. Aspecto dos trabalhos de limpeza e decifração da inscrição principal do castelo de Arraiolos.

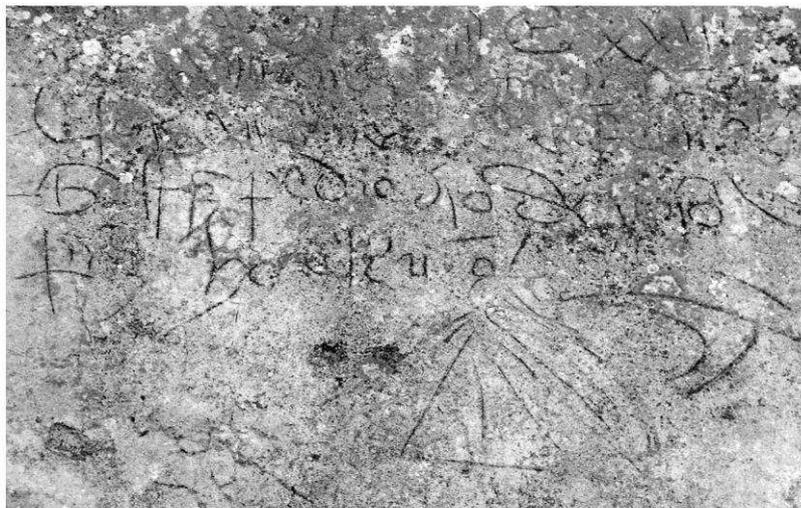


Foto 2. Inscrição principal do castelo de Arraiolos, antes e depois da limpeza.

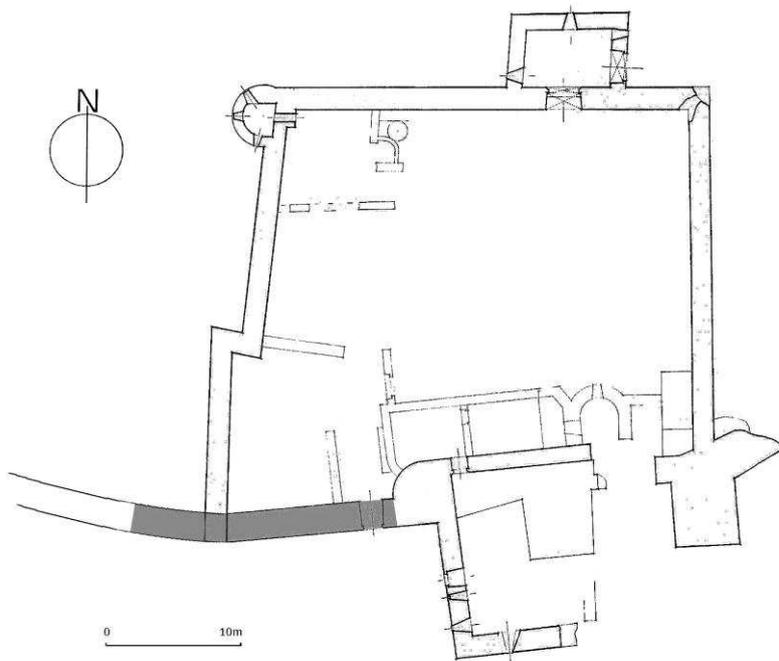


Foto 3. Castelo de Arraiolos. Localização do conjunto de gravados. Base cartográfica: DGMEN.



Foto 4. Representação de um barco em associação a outros elementos geométricos.



Foto 5. Figuras geométricas e possível «retrato» do pedreiro Gonçalo Fernandes.



Foto 6. Foto antiga do castelo de Arraiolos antes da grande intervenção de 1944 onde é visível a cortina de ameias levantada em 1385. Fonte: DGMEN.